

Direto do STF: decisão da ministra Cármen Lúcia alivia angústia de aposentados

O encontro do presidente da Apesp, Ivan de Castro Duarte Martins, com a ministra do STF, Cármen Lúcia Antunes Rocha, realizado em 17/06, contribuiu para o desfecho favorável na ação em favor dos procuradores aposentados com proventos proporcionais ao tempo de serviço, que voltarão a receber o valor integral da verba honorária. Após a entrega de um memorial contendo o relato das várias etapas da ação e de seu último andamento, o presidente da Apesp solicitou que a ministra “olhasse com atenção para os nossos aposentados, que estão muito aflitos em razão da dramática situação a que se viram submetidos com a proporcionalização da verba honorária que lhes é devida”. A promessa da ministra de que olharia por esses colegas foi cumprida: Cármen Lúcia proferiu voto contra o agravo regimental interposto pela Fazenda, tendo a 1ª turma do STF, por unanimidade, negado provimento do recurso. “A ministra compreendeu perfeitamente a dramaticidade da situação e foi sensível aos argumentos em prol de colegas que tanto contribuíram para a construção da PGE”, comemorou Ivan.

A batalha jurídica arrastava-se desde 2002, quando a Apesp e o Sindiproesp impetraram mandado de segurança coletivo para anular o ato administrativo que determinou o corte da verba honorária desses procuradores. Nada obstante as sucessivas derrotas em primeiro grau, no TJ SP, no STJ e no STF, a Fazenda ainda tentou, como último recurso, um agravo regimental em agravo de instrumento de despacho denegatório de recurso extraordinário, buscando a reconsideração da decisão agravada e a eventual subida de seu extraordinário. A manobra não surtiu o efeito esperado e agora a decisão favorável aos impetrantes poderá transitar em julgado.

A preocupante situação levou à criação de uma Comissão constituída para defender os direitos desse grupo de aposentados. A primeira reunião foi sediada na Apesp em 15 de abril. Na ocasião, o quadro já ganhava contornos dramáticos, com a



morte de vários colegas interessados na ação: dos 138 procuradores requerentes iniciais, mais de uma dezena já havia falecido. Logo após o encontro, o colega Francisco de Assis Ribeiro, membro da Comissão, desabafou: “Vivenciamos uma situação constrangedora por não receber o valor integral da quota da verba honorária. A questão já se arrasta por muitos anos sem solução. Na primeira reunião, deliberou-se por agendar um encontro com nosso advogado, Flávio Luiz Yarshel, para estudar providências eficazes, com o propósito de agilizar o andamento do processo e chegar a uma solução para a controvérsia”.

Conheça os membros que, ao lado dos presidentes da entidades Apesp e Sindiproesp, formam a Comissão:

- Álvaro Cavalcante Bezerra
- Francisco de Assis Ribeiro
- Hermes Rubens Siviero
- João Parizi Filho
- José Lima de Siqueira
- José Pekny Neto
- José Ramos Bezerra
- Maria Cândida da Rocha Campos Franco
- Maria Elizabeth Rolim
- Sonia Serman
- Vera Lúcia Mascarenhas Pires de Melo
- Vera Silvia Rodrigues Augusto

Direto de Brasília: Laerte Bessa apresenta relatório; deputados pedem vista!

Em 30/06, o deputado Laerte Bessa (PMDB/DF) apresentou, na Comissão Especial, o relatório sobre a PEC 210/2007 e o substitutivo à proposta. Os textos podem ser acessados na íntegra no site da Apesp: www.apesp.org.br. O relator acatou as 13 emendas apresentadas, incluindo as três (3) formuladas pela Apesp e subscritas pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). A decisão amplia para todas as carreiras típicas de Estado o restabelecimento do adicional por tempo de serviço como componente da remuneração bem como a ressalva que permite seu pagamento acima do teto constitucional até o limite de 35% do subsídio. O texto original

contemplava apenas a magistratura e o Ministério Público. Os deputados Eduardo Valverde (PT/RO), Zenaldo Coutinho (PSDB/PA), Marcelo Itagiba (PMDB/RJ) e Major Fábio (DEM/PB) pediram e obtiveram vista conjunta do relatório. Desde o final de abril, a Apesp tem desenvolvido intensas atividades no Congresso Nacional em prol da inclusão dos procuradores nas PECs 210/2007 – em tramitação na Câmara dos Deputados e de autoria do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP) – e PEC 21/2008 – em tramitação no Senado Federal e de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB/PR) (maiores informações na pag. 04).

Em nova fase da luta, mobilização deve continuar!

Após apresentação e leitura do relatório do deputado Laerte Bessa (PMDB/DF) na Comissão Especial, a luta da carreira atinge nova fase. O presidente da Apesp comparou a mobilização na Câmara dos Deputados a uma participação na prova de São Silvestre: “Até o momento, só percorremos o trecho plano. Não enfrentamos nenhum aclive, por mais suave que seja. Sabemos que iremos enfrentar rampas acentuadas e por isso nos preparamos para encarar tais desafios”.

A carreira deve continuar **MOBILIZADA**, pois o relatório ainda necessita de aprovação no âmbito da Comissão. Ademais, a PEC precisará contar no plenário da Câmara, em dois turnos, do voto favorável de no mínimo 2/3 dos deputados. Nesse sentido, o presidente da Apesp tem mantido contatos freqüentes com o deputado Marcelo Ortiz (PV/SP), que se firmou desde o início como um grande aliado da carreira. “A partir de agora, o nosso colega e associado da Apesp desempenhará um papel fundamental para que o pleito alcance pleno sucesso”, avalia.

Dois fatos realçaram a dificuldade da batalha que se avizinha. Em 17/06, o deputado Zenaldo Coutinho (PSDB/PA) recebeu em seu gabinete os presidentes da Apesp e do Sindiproesp que o procuraram para tratar da PEC 210/2007. O membro titular da Comissão Especial conversou

longamente sobre o pleito dos procuradores. Para o parlamentar, a aprovação do mérito da PEC e de emendas que incluam outras carreiras de Estado, no âmbito da Comissão, seria apenas o primeiro passo. Coutinho anteviu, a partir daí, acirrada resistência por parte dos governadores.

Em sua avaliação, os entraves no plenário da Câmara dos Deputados serão grandes. “A estratégia de vocês é correta. Porém, já seria muito difícil aprovar a PEC 210 em 2009, apenas contemplando o Ministério Público e a Magistratura. Com a ampliação do leque para outras carreiras, a aprovação fica quase impossível”. Segundo Ivan de Castro, “o transparente e realista posicionamento do deputado retrata bem as dificuldades dessa luta. Só que, a exemplo do que ocorreu no episódio da reforma previdenciária, poderemos vencer mais esta batalha. Para isso a mobilização é fundamental”.

Durante a quarta audiência pública, promovida pela Comissão Especial em 16/06, dirigentes de entidades da magistratura e do ministério público expuseram as suas argumentações e explicaram como surgiu a iniciativa da PEC. Jansen Fialho de Almeida, diretor da ANAMAGES, e Fernando Cesar Baptista de Mattos, presidente da AJUFE, não se opuseram à inclusão dos procuradores. No entanto, José Carlos Cosenzo, presidente da CONAMP, e Antônio Carlos Bigonha, presidente da ANPR mostraram-se refratários ao pleito.

Linha direta com o deputado!

A Apesp solicita aos associados que enviem e-mails a todos os membros da Comissão. A mobilização é essencial para sensibilizar os deputados. Sugestão de redação para a sua mensagem:

Prezado (a) Deputado(a).....,

Agradeço, na qualidade de Procurador(a) do Estado de São Paulo, o apoio de V.Exa. ao pleito da APESP, com o objetivo de garantir aos Procuradores do Estado o mesmo direito pleiteado pela Magistratura e Ministério Público por meio da PEC 210/2007.

Atenciosamente,
(nome do Procurador)

Lista de e-mails

Titulares da Comissão Especial:

João Dado (PDT/SP) – dep.joaodado@camara.gov.br
Laerte Bessa (PMDB/DF) – dep.laertebessa@camara.gov.br
Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) – dep.arnaldofariadesa@camara.gov.br
Eliene Lima (PP/MT) – dep.elienelima@camara.gov.br
Geraldo Pudim (PMDB/RJ) – dep.geraldopudim@camara.gov.br
João Maia (PR/RN) – dep.joaomaia@camara.gov.br
Mauro Lopes (PMDB/MG) – dep.maurolopes@camara.gov.br
Dalva Figueiredo (PT/AP) – dep.dalvafigueiredo@camara.gov.br
Eduardo Valverde (PT/RO) – dep.eduardovalverde@camara.gov.br
Elismar Prado (PT/MG) – dep.elismarprado@camara.gov.br
Alexandre Silveira (PPS/MG) – dep.alexandresilveira@camara.gov.br
Carlos Sampaio (PSDB/SP) – dep.carlossampaio@camara.gov.br
Jorginho Maluly (DEM/SP) – dep.jorginhomaluly@camara.gov.br
Zenaldo Coutinho (PSDB/PA) – dep.zenaldocoutinho@camara.gov.br
Francisco Tenorio (PMN/AL) – dep.franciscotenorio@camara.gov.br
Marcelo Ortiz (PV/SP) – dep.marceloortiz@camara.gov.br
Major Fábio (DEM/PB) – dep.majorfabio@camara.gov.br

Suplentes da Comissão Especial:

Jofran Frejat (PR/DF) – dep.jofranfrejat@camara.gov.br
Marcelo Itagiba (PMDB/RJ) – dep.marceloitagiba@camara.gov.br
Marcelo Melo (PMDB/GO) – dep.marcelomelo@camara.gov.br
Natan Donadon (PMDB/RO) – dep.natandonadon@camara.gov.br
Joseph Bandeira (PT/BA) – dep.josephbandeira@camara.gov.br
Magela (PT/DF) – dep.magela@camara.gov.br
Washington Luiz (PT/MA) – dep.washingtonluiz@camara.gov.br
William Woo (PSDB/SP) – dep.williamwoo@camara.gov.br
João Campos (PSDB/GO) – dep.joacampos@camara.gov.br
Luciano Pizzatto (DEM/PR) – dep.lucianopizzatto@camara.gov.br
Marina Maggessi PPS/RJ – dep.marinamaggessi@camara.gov.br
Dagoberto (PDT/MS) – dep.dagoberto@camara.gov.br
Flávio Dino (PCdoB/MA) – dep.flaviodinodino@camara.gov.br

Processo democrático

Para o deputado João Dado (PDT/SP), presidente da Comissão Especial, cumpriu-se “um desiderato fundamental da democracia. Demos oportunidade de manifestação para todas as entidades que a solicitaram”. No total, 33 entidades representativas das carreiras típicas de Estado tiveram a oportunidade de expor seus argumentos. A Anape – representada pelo presidente da Apesp, Ivan de Castro Duarte Martins – fez uso da palavra no dia 26/05, em um momento histórico para a advocacia pública brasileira.



Câmara dos Deputados: mobilização passo a passo

02/06 – Acompanhamento da 2ª audiência pública promovida pela Comissão Especial;
03/06 – Encontro com os deputados Cândido Vaccarezza, líder do PT na Câmara dos Deputados, Elismar Prado (PT/MG) e Mauro Lopes (PMDB/MG);
04/06 – Presença na 3ª audiência pública promovida pela Comissão Especial. Protocolo das três (3) emendas propostas pela Apesp;
09/06 – Encontro com o deputado Arnaldo Faria de Sá, com o propósito de agradecer formalmente pela apresentação das emendas;
10/06 – Reunião com a diretoria da Unafe;
16/06 – Comparecimento na 4ª audiência pública promovida pela Comissão Especial. Encontro com os deputados Alexandre Silveira (PPS/MG) e Eliene Lima (PP/MT);
17/06 – Encontro com o deputado Zenaldo Coutinho (PSDB/PA)
24/06 – Encontro e entrevista com o deputado Marcelo Ortiz (PV/SP);
25/06 – Realização da 5ª audiência pública promovida pela Comissão Especial;
30/06 – Presença na sessão deliberativa da Comissão Especial, quando foi apresentado e lido o relatório do deputado Laerte Bessa (PMDB/DF).

PEC 21: senador Valdir Raupp mostra resistência ao pleito dos procuradores

Ao contrário da Câmara dos Deputados, aonde o ambiente é propício às negociações e à mobilização popular, o Senado Federal é mais suscetível à pressão dos Governadores e do Poder Judiciário. Dessa forma, a Apesp tem encontrado grandes resistências à inclusão dos procuradores na PEC 21/2008, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB/PR). A começar pelo relator da proposta na CCJ, o senador Valdir Raupp (PMDB/RO), que foi abordado em algumas oportunidades pelos representantes dos procuradores:

- **No dia 3/06**, ocorreu encontro com o senador Raupp na porta do gabinete da liderança do PMDB. “A PEC 210 nasceu morta, ainda mais com o pleito de inclusão de outras carreiras. O STF não é mais favorável à proposta”, vaticinou o relator. Sob os argumentos do presidente da Apesp, de que é fundamental manter a simetria constitucional entre as carreiras essenciais à Justiça, prometeu reavaliar o atual posicionamento.

- Solidário ao pleito dos procuradores paulistas, o senador Romeu Tuma (PTB/SP) convidou o presidente da Apesp para adentrar ao plenário do Senado, viabilizando assim uma nova conversa com o senador Valdir Raupp, **em 4/06**. No tradicional “cafezinho” do Senado, Ivan de Castro reforçou a reivindicação da carreira e pôde constatar uma evolução na até então inamovível resistência do senador. “Fique tranquilo. Não vamos tomar nenhuma decisão sem dialogar antes”, afirmou.

- **Em 16/06**, os presidentes da Apesp e do Sindiproesp encontraram o senador Marco Maciel (DEM/PE) que se solidarizou com a luta dos procuradores. “Ficarei atento à movimentação da PEC 21. Quando vice-presidente da República, sempre fui sensível às causas da advocacia pública.” O senador Marco Maciel foi um dos 31 signatários da PEC 21/2008.

- **Em 17/06**, os presidentes das entidades de classe

reuniram-se com o senador Renan Calheiros, com o objetivo de esclarecê-lo da importância de manter a unicidade do tratamento constitucional das carreiras essenciais à Justiça. Além disso, solicitaram ao senador Calheiros que fizesse uso de seu prestígio e ascendência sobre a bancada do PMDB no Senado Federal, para convencer o relator Valdir Raupp a acolher o pleito dos procuradores do Estado e Defensores Públicos. “A diferenciação entre as carreiras jurídicas não tem nenhum sentido. Pode contar comigo, que vou ajudar. Vou agendar um encontro com o Raupp, com a minha participação”, afirmou.



- A atuação da Apesp no Senado Federal priorizou, **em 23/06**, contatos com membros da Comissão e Constituição e Justiça (CCJ), que avalia a PEC 21/2008. O encontro mais profícuo foi com senador Romeu Tuma (PTB/SP), que se comprometeu com o pleito dos procuradores. “Ficarei atento à tramitação da PEC na CCJ e utilizarei as estratégias necessárias para defender a causa dos procuradores do Estado e também dos delegados de polícia”. Os representantes da entidade reuniram-se ainda com assessores jurídicos e técnicos dos senadores Valter Pereira (PMDB/MS), Renato Casagrande (PSB/ES) e Francisco Dornelles (PP/RJ) – congressistas identificados com as causas da advocacia pública e do meio jurídico em geral. Com o propósito de agendar audiências futuras, a Apesp esteve também nos gabinetes dos senadores Pedro Simon (PMDB/RS), Sérgio Zambiasi (PTB/RS), Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) e Eduardo Suplicy (PT/SP).

Senador Eduardo Suplicy envia carta para a Apesp

Em resposta à visita dos representantes dos procuradores em seu gabinete e à entrega de memorial com o pleito da carreira pela inclusão na PEC 21, o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) enviou carta à entidade dizendo-se favorável ao restabelecimento dos adicionais por tempo de serviço para todos os servidores públicos. No entanto, não concorda que o benefício ultrapasse o teto constitucional. (leia carta anexada na publicação)



SENADO FEDERAL
Gab Sen Eduardo Suplicy

Carta n.º 01094/2009

Brasília, 24 de junho de 2009.

Prezado **Ivan** ,

Agradecendo a sua mensagem, permito-me fazer uma pequena análise da questão.

A PEC 21/2008, que tem o Senador Álvaro Dias como primeiro signatário, altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público.

Com a proposta de retorno da gratificação de adicional de tempo de serviço, a PEC prevê, ainda, que esta nova gratificação e as parcelas recebidas em caráter indenizatório (art. 37, § 1º) não sofrerão os limites do teto remuneratório constitucional.

Além disso, a proposta estende esse benefício para os inativos e pensionistas das carreiras da Magistratura e do Ministério Público.

E mais, propõe que seja contado o tempo de serviço anterior à vigência da emenda constitucional em tramitação, sendo incorporados à razão de, no mínimo, um quinquênio por ano e até, no máximo, sete quinquênios, a partir de 1/1/2010.

Ilustríssimo Senhor Presidente

Ivan de Castro Duarte Martins

Associação dos Procuradores do Estado de SP - APESP

Rua Libero Badaró 377, 9º andar, Cj 906 -

01009-906 - São Paulo - SP



A matéria, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), encontra-se com o relator, Senador Valdir Raupp, para emitir parecer sobre três emendas apresentadas. O relator, anteriormente, havia apresentado relatório favorável à proposta, na forma de Substitutivo, rejeitando emenda do Senador Tuma, que tentava incluir os policiais civis e militares no bojo da matéria.

As três emendas que estão sob análise do relator são da lavra do Senador Expedito Júnior (2) e da Senadora Lúcia Vânia. O Senador Expedito Júnior, na primeira emenda, altera o art. 134 e, na outra, o art. 135 da Constituição, para estender os mesmos benefícios aos membros da Defensoria Pública. A Senadora Lúcia Vânia, estende os mesmos direitos, acrescentando parágrafo único ao art. 135, para os membros da Defensoria Pública e para os membros da Advocacia Pública (AGU).

Por tudo, sou favorável a instituição da gratificação de tempo de serviço desde que seja para todos os funcionários públicos. Entretanto, com relação ao teto constitucional, considero um erro a proposta para que essa nova gratificação e parcelas recebidas em caráter indenizatório (art. 37, § 1º) não sofram seus limites. Vivemos num país, no qual, segundo o último censo do IBGE, mais de sessenta por cento das famílias percebem renda familiar menor que três salários mínimos. Como o Estado é de todos e para todos, havendo, como há, grandes desigualdades sociais, é importante a manutenção de um teto remuneratório como limite máximo de vencimentos.

Cordialmente,


Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LICY**



Direto de Brasília: com inclusão dos procuradores, relatório do deputado Laerte Bessa é aprovado na Comissão Especial

Após o fechamento da edição nº 88 do informativo “Apesp em Movimento”, a Comissão Especial que aprecia a PEC 210/2007 aprovou, por 13 votos a 2, o relatório do deputado Laerte Bessa (PMDB/DF) e o substitutivo à proposta. O relator acatou as 13 emendas apresentadas, incluindo as três (3) formuladas pela Apesp e subscritas pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

Para o deputado Zenaldo Coutinho (PSBD/PA), a aprovação do relatório nos termos propostos por Bessa torna a PEC “natimorta”. O alcance é tamanho que inviabilizará a sua aprovação em plenário. Fica claro que os governantes – no âmbito federal, estadual e municipal – farão uma grande pressão

contrária”. Com o propósito de diminuir a amplitude da PEC, o deputado Major Fábio apresentou – com o apoio do deputado Paes de Lira (PTC/SP) – voto em separado.

O deputado Eduardo Valverde (PT/RO) apresentou um destaque – aprovado por ampla maioria – para que a emenda nº 2, de autoria da deputada Andreia Zito (PSBD/RJ), que havia sido parcialmente rejeitada pelo relator, seja apreciada em plenário.

Segundo Laerte Bessa, o relatório buscou obedecer os ditames constitucionais que tipificam as carreiras típicas de Estado. “Não podemos apenas contemplar o Ministério Público e a Magistratura. Se não existe caixa para pagar, o problema é do Governo”.

Conheça os deputados que votaram favoravelmente ao relatório:

João Dado (PDT/SP) – dep.joaodado@camara.gov.br
Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) – dep.arnaldofariadesa@camara.gov.br
Eliene Lima (PP/MT) – dep.elienelima@camara.gov.br
Geraldo Pudim (PMDB/RJ) – dep.geraldopudim@camara.gov.br
Eduardo Valverde (PT/RO) – dep.eduardovalverde@camara.gov.br
Carlos Sampaio (PSDB/SP) – dep.carlossampaio@camara.gov.br
Jorginho Maluly (DEM/SP) – dep.jorginhomaluly@camara.gov.br
Francisco Tenorio (PMN/AL) – dep.franciscotenorio@camara.gov.br
Marcelo Ortiz (PV/SP) – dep.marceloortiz@camara.gov.br
Jofran Frejat (PR/DF) – dep.jofranfrejat@camara.gov.br
Marcelo Itagiba (PMDB/RJ) – dep.marceloitagiba@camara.gov.br
Washington Luiz (PT/MA) – dep.washingtonluiz@camara.gov.br
João Campos (PSDB/GO) – dep.joaocampos@camara.gov.br

A Apesp solicita aos associados que enviem e-mails a todos os membros da Comissão. A mobilização é essencial para sensibilizar os deputados. Sugestão de redação para a sua mensagem:

Prezado (a) Deputado(a).....,

Agradeço, na qualidade de Procurador(a) do Estado de São Paulo, o apoio de V.Exa. ao pleito da APESP, com o objetivo de garantir aos Procuradores do Estado o mesmo direito pleiteado pela Magistratura e Ministério Público por meio da PEC 210/2007.

Atenciosamente,

(nome do Procurador)

ATENÇÃO! O relatório do deputado Laerte Bessa e o voto em separado do deputado Major Fábio estão disponíveis no site www.apesp.org.br

A MOBILIZAÇÃO CONTINUA!

A carreira deve continuar **MOBILIZADA**, pois a PEC precisará contar no plenário da Câmara, em dois turnos, com o voto favorável de pelo menos 2/3 dos deputados.